



REQUERIMENTO N.º 68/2004
(Do Sr. Enio Bacci)

Requer a realização de audiência para discutir ações afirmativas no que se refere ao acesso à universidade e a promoção da igualdade racial.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir **“Ações afirmativas no que se refere ao acesso à universidade.”**

Justificativa

O Brasil, ainda com muita resistência, abre-se para grande debate sobre o direito dos afrodescendentes à reparação. Infelizmente, foram preciso passar mais de 150 anos para que a nação e o Estado reconhecessem que os negros são vítimas do preconceito e discriminação racial.

A discussão sobre políticas afirmativas ganha espaço na agenda política na medida em que cresce o grau de consciência história dos movimentos negros no País. Aos poucos a comunidade descobre que o estado brasileiro teve um papel fundamental no seu processo de escravização e de exclusão social.

Diversas leis, desde o Império ao sistema Republicano, voltaram-se contra a comunidade afrodescendente, negando-lhe o direito de ser cidadão e ter dignidade humana. O estado brasileiro explicitamente privou a comunidade de ter acesso à terra à moradia e à educação. As políticas públicas de desenvolvimento humano e econômico, patrocinadas pelo o Estado, sempre privilegiou e protegeu grupos étnicos, oriundos da Europa, a pretexto do malfadado projeto de modernização do País, seguindo-se à imagem e semelhança do ideal eurocêntrico.

Vários projetos governamentais adotaram a mesma essência implícita no sistema de cota e políticas afirmativas para segmentos como os imigrantes europeus, cafeeiros, setores econômicos ou seja: protecionismo para setores específicos, indubitavelmente, o país tem longa tradição de políticas públicas direcionadas à setores específicos. Inúmeros e generosos subsídios, incentivos fiscais, concessão e terras, perdão tributários e filantropia sempre fizeram parte do estado brasileiro por isso há necessidade de ações afirmativas para o estabelecimento de uma sociedade em que a



Câmara dos Deputados
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



diversidade não seja geradora de desigualdade, mas sim que haja a valorização da unidade, respeitadas as diferenças.

Dessa forma o debate sobre a democratização do sistema superior, a partir do enfoque racial, tornou-se imprescindível para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, já que no nosso entendimento a tese da implementação de Estado democrático de Direito, conforme preconizado nos tempos modernos, só terá o seu devido efeito e sua legitimidade se for considerado a questão sobre reparação étnica.

Requeiro, assim, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater as diversas formas em que as ações afirmativas podem se manifestar em prol da promoção da igualdade, aproveitando a oportunidade para realizar uma apresentação do livro O Curso do Rio – Um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade, com a participação do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Joaquim Barbosa – estudioso do assunto, e da professora Rosana Heringer, da Universidade Cândido Mendes (RJ) – prefaciadora da versão em língua portuguesa da referida obra.

Deputado Enio Bacci
PDT/RS